

LÍNGUA, LINGUAGEM, TEXTO E DISCURSO: UMA MUDANÇA DE OLHAR NOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS

Thiago Simioli Holsback (UEMS)

thiologi@gmail.com

Silvane Aparecida de Freitas (UEMS/UNESP/UNICAMP)

Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras. (Saussure)

RESUMO

Os estudos linguísticos têm se deslocado de forma significativa, desde Saussure e sua formalização do objeto de estudos da linguística, a língua até os dias atuais, uma vez que hoje lidamos com várias correntes que buscam explicar o fenômeno linguístico sob diversas perspectivas. Nesse sentido, temos como objetivo primeiro neste artigo refletir sobre como os conceitos de língua, linguagem, texto e discurso surgem dentro desse cenário de estudos e qual a mudança provocada pelas abordagens subsequentes. Como já é sabido, dentro da brevidade de um artigo não seria possível contemplar cada momento e cada teórico que contribui de modo significativo para o estudo da língua, portanto, o que se oferece aqui é um recorte que procurará analisar, em linhas gerais, quais são os fatores que propiciaram o surgimento de novos conceitos e de novas maneiras de se abordar o nosso objeto, sem nunca ter deixado de lado o objetivo maior de estudar a linguagem.

Palavras chave: Língua. Linguagem. Texto. Discurso. Linguística.

1. Introdução

O que buscamos, ao elaborar este artigo, é tentar, de alguma maneira, encontrar “o fio da meada” dos estudos linguísticos, para que consigamos compreender, dentro dos vários momentos da linguística, quais as motivações que propiciaram mudanças de perspectivas de analisar a linguagem, que se inicia focada em um instrumento, a língua, e, com o passar do tempo, chega a ser um lugar de constituição de sujeitos.

Para alcançar o objetivo aqui proposto, não haveria outra maneira senão passar, mesmo que de maneira sucinta, pelos principais momentos da linguística, buscando os conceitos de linguagem e língua que são/foram adotados pelos estudiosos da área para, então, podermos compreender como acontece essa “mudança de foco” sobre o objeto de estudos de

nossa ciência.

O objetivo maior desta análise é possibilitar a reflexão sobre como se dá o surgimento dos conceitos de língua, linguagem, texto e discurso (ou a modificação desses conceitos) sem, em momento algum, valorizar ou desvalorizar teorias; mas com o propósito maior de se compreender como, dentro desta área, ocorre a modificação da forma de abordar e entender nosso objeto de estudo, a língua/linguagem.

2. A consolidação de uma ciência e seu objeto teórico: a linguística e a língua

Para que iniciemos nosso trabalho, é necessário, primeiramente, mesmo que de maneira breve, analisar sob quais condições surge nossa ciência, a linguística, e seu objeto formal, a língua. Para tanto, podemos passar pelo próprio *Curso de Linguística Geral* que, em sua introdução, nos propicia uma retomada histórica ao elencar três momentos em que ocorrem tentativas sucessivas de abordar o fenômeno linguístico.

A primeira tentativa foi feita pelos gregos, que propuseram o estudo da gramática, porém o objetivo deles era puramente excludente e desprovido de qualquer cunho científico: separar a utilização considerada certa da errada.

Num segundo momento, surge a filologia, com seu propósito de comparar os textos de diferentes épocas para que se pudesse salientar, de maneira contrastiva, aspectos de emprego de determinadas línguas em circunstâncias diferentes. Podemos afirmar que, naquele momento, já tínhamos um prelúdio do que viria ser a linguística histórica, porém, a crítica a essa abordagem se deu justamente sobre seu trabalho exclusivo com textos escritos.

Já o terceiro momento que podemos elencar é a gramática comparada que se propunha a esclarecer uma língua em comparação com outra, porém, o problema desta abordagem foi que seu trabalho jamais foi histórico, perguntando a quem levavam as comparações que fazia e restringiu-se unicamente à comparação, desse modo, os conceitos obtidos por essa abordagem se afastavam de questões que realmente faziam parte da linguagem.

Em 1836, Diez, em seu estudo *Gramática das Línguas Românicas*, inaugura os estudos românicos (SAUSSURE, 2006). A partir dos es-

tudos românicos e germânicos começa um processo que já ensejava a linguística propriamente dita, afinal, os estudiosos deram à comparação o lugar que lhe cabia naquele momento, o de ser um método para reconstituir fatos.

Por volta de 1870, inicia-se o questionamento sobre qual eram as condições de vida das línguas. A publicação da obra *A Vida da Linguagem* pelo norte americano Whitney, em 1875, dá início à escola dos neogramáticos, cujo mérito foi demonstrar que a língua não era um organismo de crescimento independente, mas um produto do espírito coletivo dos grupos linguísticos; tal contribuição deu-se devido à perspectiva histórica em que se colocou todos os resultados das comparações feitas e, após isso, o encadeamento dos fatos em sua ordem natural (SAUSSURE, 2006). Após esse estudo, é que se pôde perceber como os estudos da gramática e da filologia não se embasavam em pressupostos consistentes, visto que aquilo que eles consideravam ser um conjunto de regras e um organismo de evolução independente de qualquer outra coisa, na verdade, estava ligado, de alguma maneira, à coletividade.

Pouco tempo depois, ainda inserido naquele cenário, Saussure começa a ministrar seus cursos de linguística geral. Foram, ao todo, três edições, uma em 1907, outra, em 1908, e a última em 1910. Em 1913, Saussure falece. Três anos depois, em 1916, Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de A. Ridlinger – discípulos de Saussure e alunos da terceira edição do *Curso* –, reúnem as anotações dos participantes e as poucas anotações do mestre, que, para surpresa deles, destruíra boa parte de seus manuscritos, e publicam o *Curso de Linguística Geral*.

A publicação dessa obra é o marco da ciência linguística, pois por meio dela, é que vem a público a definição do objeto desse campo do saber que, até então, não se consolidava enquanto ciência por não possuir um objeto de pesquisa, nem um método específico que o abordasse. A partir daquele momento, temos a consolidação da linguística:

A matéria da linguística é constituída inicialmente por todas as manifestações da linguagem humana, quer se trate de povos selvagens ou de nações civilizadas, de épocas arcaicas, clássicas ou de decadência, considerando-se em cada período não só a linguagem correta e a “bela linguagem”, mas todas as formas de expressão. (SAUSSURE, 2006, p. 13).

Desse modo, temos, em Saussure, de maneira inaugural, a primeira definição de língua adotada por aquela nova ciência:

[...] ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da

faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. (SAUSSURE, 2006, p.16).

E mais à frente complementa:

A língua é um sistema de signos que exprimem ideias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc. etc. Ela é apenas o principal desses sistemas. (SAUSSURE, 2006, p. 24).

A teoria saussuriana trouxe essa nova ciência descrita por meio das célebres dicotomias propostas por seu criador. Para nós, pela temática adotada para este artigo, interessará apenas a dicotomia “língua *versus* fala”, que definirá o objeto de estudo da linguística como sendo a língua, sistema de signos que é produto social da faculdade da linguagem¹²⁸. A fala, o outro extremo da dicotomia, não deveria ser considerada dentro do estudo da linguística, por se tratar de um mero exercício individual das possibilidades que se encontravam dentro dos limites da língua.

À nova abordagem dos estudos linguísticos, que surge a partir daí, deu-se o nome de estruturalismo, justamente pela característica de entender a língua como sendo um sistema, uma estrutura; de tal sorte que a língua era tomada como forma e não como substância (SAUSSURE, 2006), ou seja, uma combinação entre pensamento e som, não podendo um ser concebido sem o outro, que garantiria seu funcionamento.

3. Os formalistas e os funcionalistas

No cenário estruturalista, da primeira metade do século XX, em que se inseria Saussure, estavam outros estudiosos que, ao contrário do criador da linguística, tentavam estudar a linguagem; podemos citar dois principais expoentes deste momento: Skinner e Bloomfield. Para esses pensadores de linha behaviorista, a linguagem humana é “um fenômeno externo ao indivíduo, um sistema de hábitos gerados como resposta a estímulos e fixado pela repetição”. (MARTELOTTA, 2008, p. 128).

Por volta de 1950, discordando daquela abordagem estruturalista que tratava língua e linguagem como sendo externas ao homem, Noam

¹²⁸ É importante salientar que apesar de a linguagem aparecer dentro da conceituação de Saussure, para ele, ela deve ser deixada de lado, devido ao fato de ser incognoscível, por sua heterogeneidade.

Chomsky publica uma resenha criticando um texto de Skinner e a visão sustentada por ele e os outros behavioristas (*apud* KENEDY, 2008). Naquela ocasião, Chomsky traz à tona o fato de que nenhum enunciado é repetido da mesma maneira, nem pelo mesmo autor, nem por autores diferentes, ressaltando, assim, o aspecto criativo do agir do homem ao utilizar a linguagem.

Chomsky (1957) se insere em uma nova maneira de se abordar a língua, o Gerativismo, denominação que se deve ao modo como os estudiosos da área veem a língua, um conjunto finito de regras das quais o falante se apropria para gerar expressões infinitas.

A principal contribuição de Chomsky, que marca o gerativismo, são os conceitos de “competência” e “desempenho”. Competência é a norma internalizada que temos e nos permite produzir e receber enunciados em nossa língua, já o desempenho é aquilo que, efetivamente, produzimos ao falar ou escrever. (KENEDY, 2008).

Como essas duas abordagens eram exclusivamente voltadas à língua e sua forma, foram tratadas como o primeiro grande paradigma dos estudos linguísticos, que teve, justamente, em caráter oposto a ele outra maneira de se estudar a língua: o funcionalismo, cuja contribuição teve um caráter inegável na mudança de visão em relação à língua que, até então, vinha sendo concebida como um sistema independente.

Foi a partir do funcionalismo que o contexto passa a ser considerado para se analisar a língua. Ou seja, dessa maneira, passa-se do paradigma formalista ao funcionalista. Se, em Saussure, a língua era um código, em Chomsky um conhecimento autônomo depositado no cérebro dos falantes e constituído de regras inatas; no funcionalismo, teve uma abordagem diferente, a língua foi tomada como forma de interação social.

O modelo funcionalista teve como uma de suas principais influências Jakobson, formalista russo e integrante do Círculo Linguístico de Praga. Uma de suas grandes contribuições foi a descrição das funções da linguagem, mostrando que a língua não possui uma função exclusiva, mas, sim, funções variadas (ALKIMIM, 2001, p. 25), porém, por mais, que Jakobson tenha trabalhado com as funções, o aspecto interacional ainda não tinha sido contemplado.

O mais interessante é notar que a língua deixou de ser analisada como atividade mental, passando a ser analisada como fenômeno social;

desta forma nota-se que, enquanto para os estruturalistas o foco de estudos era competência linguística ou o código e seu papel na comunicação, os funcionalistas focaram a língua, enquanto atividade sócio-histórica, mas mantiveram a dicotomia emissor x receptor.

Se nosso objetivo nesse estudo é compreender a aparição ou a modificação dos conceitos de língua, linguagem, texto e discurso, este câmbio do paradigma formalista para o funcionalista é um ponto importante a ser considerado, afinal, nos mostra que os conceitos de língua e linguagem sofrem mudanças, pois, a linguagem passa a ser instrumento de comunicação e a língua, considerada por Saussure como sendo autônoma, passa a ser vista como passível de modificações conforme o contexto.

4. A vinculação da língua à exterioridade

No cenário da linguística dos anos 50 e 60, a prática que dava ênfase somente à análise de frases é confrontada e novas propostas começam a dar lugar ao enunciado. Muito antes, em 1929, M. Bakhtin já defendia que os estudos acerca da língua, na verdade, seriam estudos sobre a linguagem, e não sobre o código em si, já que a enunciação deveria ser levada em conta. Porém, com o *boom* estruturalista, as ideias de Bakhtin não tiveram muita repercussão naquele momento.

O trabalho de Benveniste, que retomou estudos da enunciação, foi, então, um grande marco dentro dos estudos linguísticos. A partir dele, surgiu a afirmação de que é por meio da língua que indivíduo e sociedade vão ser determinados mutuamente, assim, o papel do sujeito falante e do ouvinte, no processo da enunciação, é colocado em destaque.

O conceito de língua em Benveniste sofreu uma modificação significativa, passou a ser considerada como manifestação concreta da faculdade humana de linguagem; outra contribuição relevante trazida é que ela deverá servir como instrumento de análise da sociedade, visto que ambas nutriam algumas características que as aproximavam, tais como: “são realidades inconscientes, representam a natureza, são sempre herdadas e não podem ser abolidas pela vontade do homem” (ALKIMIN, 2001, p. 27), o que reforça esta questão é a afirmação do autor de que a língua contém e dá forma à sociedade.

O que podemos destacar é que o deslocamento provocado por Benveniste está justamente em sua proposta de articulação entre língua e

sociedade no plano da construção do humano e, mais especificamente, no plano das relações concretas e contingentes da vida social, pois, até então, por mais que se tivesse contemplado o extralinguístico nos estudos da linguagem, a relação entre sociedade e língua ainda era muito pouco trabalhada.

4.1. O aparecimento dos estudos do texto

A tentativa de se conceber os estudos da língua sob outra perspectiva surge justamente pelo descontentamento que se tinha para com a visão de língua enquanto código, enclausurada nos limites da frase. O que se fazia, até então, era olhar para a estrutura da língua; até aqueles mais revolucionários que já pensavam no aspecto social atrelado ao linguístico, acabavam mantendo suas análises circunscritas às modificações que a estrutura sofria conforme a variação do contexto.

Como ressalta Bentes (2001), não se pode afirmar que a linguística do texto teve um desenvolvimento homogêneo, pois esse feito surgiu de alguns momentos de preocupações teóricas bastante divergentes. Não se pode, também, estabelecer uma ordem cronológica no aparecimento dessas abordagens. A única coisa que se pode assegurar é que houve um amadurecimento e uma nova forma de olhar para nosso objeto de estudo, a língua/linguagem.

Um primeiro momento que traz o texto para as discussões da linguística é a análise transfrástica, que já não dava mais conta de explicar determinados aspectos da frase somente recorrendo a ela mesma e, por isso, deixando de lado o contexto. Para a análise transfrástica, “o texto era conceituado como uma sequência ou combinação de frases, cuja unidade e coerência seria obtida através da reiteração dos mesmos referentes ou do uso de elementos de relação entre segmentos maiores ou menores de texto.” (KOCH, 2002, p. 23).

Outro momento, não necessariamente cronológico, dos estudos do texto, contemplou a produção das gramáticas textuais. Essas gramáticas foram motivadas, principalmente, por aqueles fenômenos linguísticos que até então eram inexplicáveis. O texto era posto como unidade, teoria básica e os estudos se voltavam para falantes e ouvintes idealizados, desse modo, o que se objetivava fazer era descrever a competência dos falantes para produzir textos e o que se propunha era que o texto fosse a unidade básica da linguística.

Mas os estudos que tentaram produzir as gramáticas do texto não deram conta de sistematizar e organizar completamente essa nova e ambiciosa proposta de estudos, porém, a sua contribuição maior foi deslocar o olhar teórico para o texto e abrir passagem para uma nova maneira de se abordar o texto, pensando sua produção, seu funcionamento, sua constituição e sua compreensão.

Essa nova maneira de se olhar o texto, que podemos dizer que foi um terceiro momento dos estudos do texto, se caracterizou pela proposta pragmática. A partir daí, o texto não foi mais visto como um produto, mas como um processo, ou seja, o texto deveria ser analisado em seu funcionamento e não como um objeto a ser descrito; a linguística textual adota, então, o seguinte conceito de texto:

[...]o conceito de texto se refere a uma unidade linguística de sentido e de forma, falada ou escrita, de extensão variável, dotada de textualidade, ou seja, de um conjunto de propriedades que lhe conferem a condição de ser compreendido pela comunidade linguística como um texto. Assim podemos dizer que o texto é a unidade comunicativa básica, aquilo que as pessoas têm a declarar umas às outras. Essa declaração pode ser um pedido, um relato, uma opinião, uma prece, enfim, as mais diversas formas de comunicação. (OLIVEIRA, 2012, p. 193).

A partir desse conceito de texto que leva em conta a textualidade como um dos pré-requisitos básicos para a existência do texto, a linguística textual trabalha com algumas propriedades que se subdividirão em dois conceitos amplamente difundidos em seus estudos que são a “coesão” e a “coerência”, sendo a primeira “um conjunto de estratégias de sequencialização responsáveis pelas ligações linguísticas relevantes entre os constituintes articulados no texto que podem ocorrer tanto no nível semântico, [...] como no nível sintático”. (OLIVEIRA, 2012, p. 195)

E a segunda “diz respeito à construção de sentido textual, seja na perspectiva de produção pelo locutor, seja na recepção da codificação linguística pelo interlocutor”. (OLIVEIRA, 2012, p. 200). Assim, dentro da Linguística Textual, a organização de todo o processo da textualidade, que é aquilo que faz com que uma determinada sequência de frases torne-se um texto, girará em torno desses dois grandes conceitos.

4.2. O aparecimento dos estudos do discurso

Como veremos, os estudos sobre o discurso não ocorreram de maneira homogênea, sequer o objeto que se abrigava sobre a terminolo-

gia “discurso” era o mesmo.

Podemos, por meio das ideias de Brandão (2002), ressaltar que, durante os anos 50, juntamente com Benveniste, surge, nos Estados Unidos, o trabalho de Harris (*Discourse Analysis*, 1952) que propõe a mudança do olhar focado na frase para além dela. A proposta de Harris era baseada em aplicar os procedimentos da linguística distribucional americana aos enunciados (que inicialmente eram tratados por “discurso”). Essa proposta pôde ser considerada um início dos estudos do discurso.

Entretanto, esse novo método trazido por Harris, transferia os procedimentos de análise da língua aos enunciados e, dessa forma, o estudo continuava sendo imanente; a única mudança que ocorria era do objeto, que deixava de ser o código e passava a ser o enunciado, com isso, a reflexão sobre o processo de significação ficava de fora juntamente com as considerações sócio-históricas de produção.

Se, em Harris, analisar os enunciados (até então tomados como “discurso”) era apenas uma extensão da linguística; em Benveniste, com os estudos sobre “o aparelho formal da enunciação”, a subjetividade, o modo como o sujeito se inscreve nos enunciados que utiliza, é trazida à tona, assim, podemos notar que surgem duas maneiras diferenciadas, uma de origem americana e outra de origem francesa, que marcarão de forma definitiva os estudos acerca do discurso.

Enquanto a abordagem americana considera os estudos do discurso uma extensão da linguística, a abordagem francesa trouxe uma nova problemática: a vinculação da exterioridade como marca fundamental para a constituição de um discurso; com isso, o arcabouço teórico daquela linguística imanente já não daria mais conta desse objeto.

Essa virada teórica dentro dos estudos linguísticos marcou uma importante ruptura, pois essa nova proposta de estudos deveria apoiar-se sobre outras disciplinas para conseguir formalizar seu novo objeto de estudos, visto que a teoria linguística por si só não conseguiria cumprir a tarefa de descrever a exterioridade e a subjetividade que estavam sendo vinculadas, a partir dali, aos estudos linguísticos.

Naquele novo cenário teórico, durante a década de 60, momento de vários conflitos históricos motivados por novas questões sociológicas, filosóficas e históricas, que emergiam por todo o mundo, nasceu a “escola francesa de análise do discurso” (que trataremos mais adiante por análise do discurso), abordagem interdisciplinar que possui influências do

materialismo histórico, da psicanálise e da linguística, e que buscava formular uma abordagem discursiva dos processos ideológicos.

Com Brandão (2004) podemos afirmar que:

Pêcheux (1977) desenvolve uma crítica marxista da concepção foucaultiana do discurso, considerada do ponto de vista da categoria da contradição e conclui sobre a necessidade “de uma apropriação do que o trabalho de Foucault contém de materialista”. É justamente visando a uma articulação entre a concepção de discurso de Foucault e uma teoria materialista do discurso que Pêcheux e Fuchs (1975) preconizam um quadro epistemológico geral da análise do discurso que englobe três regiões do conhecimento: 1) o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações; 2) a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; 3) a teoria do discurso, como a teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Essa primeira proposta pecheutiana consistia em criar um dispositivo teórico capaz de promover, por meio da confrontação de texto, uma análise automática do discurso. Porém, podemos afirmar com Coracini (2007, p. 34) que “Pêcheux mostrou-se – e se mostra pelos textos que deixou – um filósofo disposto a se autocriticar e a rever suas propostas teórico-metodológicas”.

A partir desse momento, temos a definição inicial dos estudos da análise do discurso que se caracterizou por ser “o estudo linguístico das condições de produção de um enunciado” (MAINGUENEAU, 1997). De tal modo, abordar a língua pela ótica discursiva não significa, então, estudar somente o aspecto gramatical, mas associar, ao estudo linguístico, elementos históricos, sociais, culturais e ideológicos.

O “discurso”, que é “efeito de sentido entre interlocutores” (ORLANDI, 2001, p. 21), introduziu um descentramento dentro da linguística e se caracteriza como um objeto que não é propriamente linguístico, mas sócio-histórico, em que o linguístico intervém apenas como pressuposto; este “discurso” também não se confundirá com o texto, pois o discurso se materializará por meio dos textos, sejam eles orais ou escritos e de acordo com as diferentes esferas de atuação dos sujeitos, caracterizando como produto sócio-histórico desse processo.

Não há como falarmos em discurso, sem tratar da questão do “sujeito”, afinal, esta é uma das partes importantes do deslocamento provocado dentro dos estudos linguísticos, visto que a língua já não é mais vista como o lugar em que o sentido está contido e nem como sendo um conjunto de possibilidades comunicativas que o falante escolhe somente

movido por suas necessidades.

A figura do sujeito, então, estará vinculada à questão da ideologia e, mais especificamente da formação ideológica, como nos esclarece Co-racini (2007):

Como consequência do funcionamento da ideologia, que atua no inconsciente coletivo, ocorre o assujeitamento do sujeito que, interpelado como sujeito ideológico, percebe-se, ilusoriamente, no exercício de sua livre vontade, conduzido, sem saber, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das classes sociais antagonistas do modo de produção, o que é assegurado pelo que Althusser (1970) denominou “aparelhos ideológicos do Estado”. O embate de forças em confronto na conjuntura característica de uma dada formação social em um dado momento constitui a formação ideológica.

Quando se estudava a língua de maneira imanente, seja levando em conta o código ou levando em conta o aspecto comunicativo, tínhamos nas extremidades do ato comunicativo apenas falantes ideais que se apropriavam da língua para expressar aquilo que lhes era necessário. Já, quando deslocamos o olhar para o discurso e passamos a tratar não mais de falantes, mas de sujeitos, estamos dizendo que esses sujeitos se constituem produzindo sentidos que são atravessados por uma materialidade histórica.

4.3. A diferença na concepção de texto para a linguística textual e para a análise do discurso

O conceito de texto, desde que foi incorporado pela análise transfrástica, sofreu alterações para se chegar ao que hoje é utilizado pela linguística textual. Com a aparição dos estudos discursivos, esse processo não foi diferente, pois, apesar de a análise do discurso se apropriar do termo “texto” dentro de suas conceituações, ela não o tomará do mesmo modo que a linguística textual.

O texto para a linguística textual é a unidade básica da comunicação (nesse ponto há uma confluência entre análise do discurso e linguística textual) e tem como função expressar aquilo que as pessoas têm para declarar umas às outras (KENEDY, 2008). Desse modo, por mais que a condição para que um texto exista seja a textualidade, e que essa textualidade leve em conta a relação do texto com a exterioridade, a visão que se terá desta última será divergente para a linguística textual e para a análise do discurso.

Na linguística textual, quando falamos na relação do texto com a

exterioridade, estamos levando em conta a produção e a recepção desse texto, ou seja, o que se considera como exterioridade são as características que vão permitir a uma determinada comunidade linguística reconhecer determinado enunciado como sendo um texto. Dessa forma, o que interessa para a linguística textual é a maneira pela qual o texto se organiza, quem o produz e quem o recebe e qual seu conhecimento de mundo, dentre outras coisas que estão diretamente relacionadas com o processo da textualidade.

Quando tratamos de texto, dentro da análise do discurso, estamos tratando do meio pelo qual o discurso se manifesta, só que, para análise do discurso, o texto tem uma complexidade muito maior, como nos mostra Orlandi:

Quando pensamos o texto pensamos: em sua materialidade (com sua forma, suas marcas e seus vestígios); como sua historicidade significante e significada (e não como “documento” ou “ilustração”); como parte da relação mais complexa e não coincidente entre memória/discurso/texto; como unidade de análise que mostra acentuadamente a importância de se ter à disposição um dispositivo analítico, compatível com a natureza dessa unidade. (ORLANDI, 2008, p. 12).

Se aquela concepção de texto como sendo transparente e portador de tudo aquilo que o autor “quis dizer” já não dá mais conta de explicar o texto, se o considerarmos em sua materialidade constitutiva, surge a necessidade de se trabalhar essa não-transparência do texto, e é justamente aí que a análise do discurso se inscreve pois:

A análise do discurso é a disciplina que vem ocupar o lugar dessa necessidade teórica, trabalhando a opacidade do texto e vendo nessa opacidade a presença do político, do simbólico, do ideológico, o próprio fato do funcionamento da linguagem: a inscrição da língua na história para que ela signifique. (ORLANDI, 2008, p. 21)

Se, na linguística textual, buscamos o entendimento de como o texto, enquanto estrutura, se organiza, buscando-se quais os elementos que lhe conferem a textualidade para, então, o compreendermos ou interpretarmos; na análise do discurso, é diferente, afinal, ela “ocupa [...] esse lugar em que se reconhece a impossibilidade de um acesso direto ao sentido e que tem como característica considerar a interpretação como objeto de reflexão”. (ORLANDI, 2008, p. 21)

Apesar da linguística textual e análise do discurso divergirem na abordagem do texto, isso não significa que uma ou outra concepção estejam equivocadas, muito pelo contrário, nos mostra que cada uma aborda o texto por uma determinada perspectiva. O aspecto principal que dife-

rencia a análise do discurso de outras abordagens linguísticas é justamente o fato de se associar aos processos linguísticos à materialidade histórica do texto e a tentativa de desautomatizar a relação sujeito, língua e história, propiciando, assim, a reflexão acerca dos sujeitos e dos processos linguísticos que os constituem e os colocam em determinadas posições na sociedade.

5. *Considerações finais*

O fenômeno da linguagem foi algo que, desde os tempos remotos, despertou a curiosidade dos homens. Seja lá nas primeiras tentativas de se estabelecer uma gramática normativa ou nos dias de hoje, quando os estudos da linguagem se mostram tão multifacetados, o que moveu e move tal campo é o interesse pela faculdade humana da linguagem.

Perfazer esse percurso teórico a que nos propusemos, buscando entender os conceitos de *língua*, *linguagem*, *texto* e *discurso* não é tarefa fácil, porém, ao buscar essa compreensão, estamos mergulhando na ciência da língua e tentando compreender alguns momentos pelos quais ela passou e quais as óticas que ainda perduram, hoje, quando se estuda a linguagem. Esses conceitos são palavras-chave dentro dos estudos linguísticos e têm uma pluralidade de significações conforme a visão de língua(gem) que se adote.

Verificamos que os estudos da linguística inauguram-se com Saussure por volta de 1916. Mesmo que anteriormente houvesse interesse em se estudar a língua nos estudos da gramática dos gregos, com a filologia, ou com os estudos das gramáticas comparativas, os estudos linguísticos, ainda, não possuíam nenhuma sistematização, nenhum objeto e nenhum método de abordagem definidos, portanto, não constituíam um trabalho de cunho científico.

Com a primeira definição do que era a linguística, seu objeto também foi definido: caberia à linguística estudar a linguagem humana, portanto, a língua. Essa primeira definição via, então, a língua como sendo somente um código que serviria para representar o mundo e/ou o pensamento (KOCH, 2012); e a fala, por ser heterogênea e incognoscível, não deveria ser estudada pela linguística.

Situados naquele mesmo momento, mas seguindo uma linha oposta de pensamento, os pensadores behavioristas acreditavam que a fala deveria, sim, ser estudada, pois ela era externa ao indivíduo e se caracte-

rizava por ser um sistema de hábitos, produto de uma relação de estímulo-resposta, que eram fixados pelo uso. Após aquele momento, temos Chomsky que, indo de encontro às ideias de Saussure e dos behavioristas sobre linguagem, ressalta o aspecto criativo da utilização dos enunciados e defende a hipótese do inatismo, assim, a linguagem seria, então, capacidade individual e inata do homem, possuindo regras internalizadas que propiciariam a sua utilização.

Todas as visões que predominaram naquele primeiro momento da linguística, o formalismo, mantiveram o foco apenas na língua enquanto representação do mundo e do pensamento. Com a mudança do paradigma formalista para o funcionalista, o contexto passou a fazer parte das considerações acerca dos estudos da língua, assim, surgiu, também, a mudança na concepção de língua, que passou a ser vista como um instrumento de comunicação para os falantes (KOCH, 2012). Todas as correntes que se inseriram sob o paradigma funcionalista, consideraram as alterações pelas quais a língua passou decorrentes de seu uso durante o processo comunicativo e a linguagem não foi mais vista como um conhecimento específico, mas como um conjunto complexo de atividades comunicativas.

Por volta dos anos 60, num momento em que já não se considerava suficiente uma análise voltada para unidades menores, como a palavra, a frase ou o período, a linguística textual traz o conceito de texto à tona e propõe, então, a observação das relações textuais em suas diversas realizações, salientando que relações textuais são muito mais do que um amontoado de sintagmas. O texto, tomado pela linguística textual, foi considerado uma unidade linguística de sentido e forma, de extensão variável e tendo como principal característica a textualidade, conjunto de características que lhe conferem o estatuto de texto para os componentes da comunidade linguística. Por isso, para a linguística textual, o texto foi tomado como unidade comunicativa básica, que se desdobra para atender as mais diversas necessidades de comunicação do falante.

Já o conceito de “discurso” foi inicialmente adotado por aqueles que trabalham com a enunciação para designar o momento de funcionamento da linguagem, mas é a definição dada pela análise do discurso que nos interessou. Com o advento dos estudos do discurso, a exterioridade passa a ser considerada e observada e, se antes a língua era vista como um instrumento de comunicação, agora ela passa a ser lugar de ação e interação entre sujeitos (KOCH, 2012). É justamente na vinculação da língua à exterioridade que está a contribuição maior dos estudos discursivos, pois, aqueles acontecimentos que se materializavam por meio da

linguagem não eram passíveis de explicação por meio de uma análise fechada na língua ou no ato comunicativo em si.

Se a proposta de se estudar o discurso tem como maior diferencial a sua interdisciplinaridade entre materialismo histórico, psicanálise e linguística, cada uma dessas áreas trará sua contribuição, abrangendo as relações sociais e as lutas de classe, o sujeito, e a própria linguagem. Esta é uma maneira nova de se estudar linguagem e, ao mesmo tempo, tentar compreender os processos de consolidação dos sujeitos, que se constroem na e pela linguagem.

Por meio deste percurso, pudemos notar que os estudos linguísticos estão em constante mutação, pois o seu objeto, definido, inicialmente, por Saussure, a língua, não é tão fechado como supunha seu idealizador, mas encantador e de diversas faces. Se inicialmente, em Saussure, não se deveria estudar a fato de ela ser incognoscível, hoje, na incessante busca pelos sentidos (em toda a amplitude da palavra), língua e linguagem são conceitos que se entrecruzam e devem ser estudados em associação àqueles que falam, suas motivações e ao contexto em que se inserem.

Há um “sem-fim” de possibilidades à disposição daqueles que se interessem e se encantem pelo fenômeno linguístico e seu estudos; todos eles válidos e coerentes dentro de seus respectivos *corpora* e é justamente aí que reside o encantamento dessa ciência da língua, no fato de se poder abordar o objeto sob diversas óticas, na tentativa de esgotá-lo, mas sem nunca realmente consegui-lo, afinal, como defende a própria análise do discurso, um discurso (qual seja sua ordem) nada mais é do que *feito de sentido entre interlocutores* (MAINGUENEAU, 1997).

Assim, o que podemos concluir é que nenhuma maneira de se conceber a lingua(gem) anula a outra e nenhum dos conceitos-chave pelos quais passamos é mais ou menos importante, mas, muito pelo contrário, nos mostra que nosso objeto é rico e não se esgota através de apenas um olhar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKIMIN, T. M. Sociolinguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001, vol. 1.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. 8. ed. Campinas: UNICAMP, 2002.

CORACINI, Maria José. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

KENEDY, E. Gerativismo. In: MARTELOTTA, M. E (Org.). *Manual de linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

KOCH, I. G. V. *A inter-ação pela linguagem*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. 5. ed. Trad.: Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2008

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Trad.: Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1997.

MARTELOTTA, M. E (Org.). *Manual de linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001, vol. 1.

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001.

OLIVEIRA, M.R. Linguística textual. In: MARTELOTTA, M. E (Org.). *Manual de linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Org.: Charles Bally e Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger. Trad.: Antônio Che lini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.